

DE MASI, Domenico. *O Ócio Criativo* (entrevista a Maria Serena Palieri). Tradução Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

TRABALHO E PRAZER: ENFIM RECONCILIADOS?

Eduardo Santos*

*Sociólogo, Mestrando em Geografia Humana (USP). Coordenador de Política Editorial e Editor de EccoS.

Feita uma retrospectiva histórica das relações entre trabalho e prazer ao longo do périplo humano no planeta, dificilmente deixaremos de chegar à conclusão de que, parafraseando os compositores da música regional, estas duas dimensões tão fundamentais quanto necessárias da vida humana sempre andaram “entre tapas e beijos”. A reconciliação, que na canção acontece à noite nos espaços da intimidade, é apenas aparente no primeiro caso: trabalho e prazer, no mais das vezes, reconciliam-se apenas em processos de sublimação, com as decorrentes patologias que acometem os elos mais frágeis da corrente – os trabalhadores.

O nascimento do pensamento filosófico no ocidente muito deve à rígida separação operada pelos gregos entre as dimensões do trabalho e do prazer: uma, para os escravos e não cidadãos; outra, para os bem nascidos e proprietários. A dupla revolução do século XVIII – tecno-econômica e política ao mesmo tempo – parecia prenunciar uma relação

mais adequada entre as partes, abrindo a todas as classes possibilidades inéditas para uma convivência mais equilibrada, materializada por um capitalismo em que tecnologia e democracia política favoreceriam uma distribuição mais igualitária dos frutos do trabalho.

Ledo engano! Hoje, no limiar de um novo século, o canto de sereia novamente se faz ouvir, embalando-se na melodia de um avanço tecnológico sem precedentes, que permitiria ao trabalho – e aos trabalhadores – livrarem-se das tarefas pesadas e brutalizantes que sustentam a produção de bens e de valor, e romperem os grilhões que os acorrentam aos desígnios do capital, para lembrar os termos do velho Marx. Há um novo engano no ar, desta vez oferecido em escala global aos mais incautos: se não for rompido o contrato social que legaliza a propriedade privada e não for eliminada a legitimação cultural e ideológica que a acompanha, aos trabalhadores só restará conviver com uma exploração ‘mais humanizada’, em que prazer e trabalho

permanecem inimigos.

Esta digressão serve como um alerta introdutório à leitura deste livro-entrevista de Domenico de Masi. O sociólogo italiano, que há mais de quinze anos pesquisa as mudanças nas formas de trabalho e em suas organizações gestoras, não deve ser visto como um Messias que veio anunciar a nova *eclesia*, mesmo porque não há ingenuidade nem vulgarização em suas teses, embora haja contribuições importantes e sobremaneira polêmicas.

Dentre essas polêmicas, destaca-se a que defende uma drástica redução da jornada de trabalho, que beneficiaria o prazer e, de quebra, aumentaria as vagas disponíveis. Toda a argumentação do autor é construída a partir da constatação de que:

1. vivemos um salto de época baseado numa mudança de paradigmas, em que coincidem três inovações diferentes: novas fontes energéticas, novas divisões do trabalho e novas divisões do poder;

2. a sociedade industrial típica, que vigorou até o início da década de 80, baseada na produtividade do trabalho, na produção em escala, num grande contingente proletário, nas hierarquias rígidas e centralizadas, nos controles estritos sobre o trabalho, na burocrati-

zação dos procedimentos, na execução de tarefas repetitivas e monótonas, nos valores da competição acirrada, entre outras características, tem seus dias contados, até porque se tornou contraproducente;

3. o número médio de horas trabalhadas durante a vida de uma pessoa vem diminuindo gradativamente e numa velocidade cada vez maior: o autor estima que em 2015 “cada trabalhador disporá, em média, de trinta mil horas de trabalho, contra as atuais oitenta mil horas que ele atualmente desempenha (sic) entre os vinte e os sessenta anos.”(p. 267);

4. a produtividade do trabalho tem crescido ininterrupta e vertiginosamente pelo menos nos últimos 20 anos e o nível de emprego nem de longe a acompanha, ao contrário: “nos últimos dez anos (para se dar um exemplo), as grandes empresas italianas produziram 18% a mais com 22% a menos de trabalho humano” (p. 266);

5. nas sociedades atuais, ditas pós-industriais, as atividades físicas se rendem às atividades intelectuais; as atividades repetitivas, às criativas e o diferencial produtivo é dado pela maior aplicação de conhecimento às tarefas profissionais, em função da redução

dos trabalhos braçais, que tendem a ser desenvolvidos pelas máquinas;

6. o número de trabalhadores “colarinho branco” – os que desenvolvem tarefas de natureza imaterial (planejamento, controle, decisão, pesquisa etc.) – atualmente suplantam aqueles que atuam na linha de produção, bastando citar que na “IBM italiana, que é uma empresa industrial, existem dez mil dependentes (funcionários), dos quais somente seiscentos são operários. Por ‘operários’ entendemos ‘empregados tecnológicos’, que em nada se assemelham aos operários analfabetos de tempos atrás” (p. 62).

Como decorrência dessas evidências empíricas, constata-se que:

a) os trabalhadores típicos das sociedades industriais não mais são o protótipo do trabalho no novo tipo de sociedade nem representam uma classe revolucionária, o que equivale dizer que eles não encarnam os problemas e desafios centrais do mundo contemporâneo;

b) do mesmo modo, as empresas baseadas nos processos tayloristas/fordistas de produção, baseadas na estrutura piramidal de poder e no controle exacerbado do trabalhador e do tempo de trabalho, não são mais as campeãs de inovação e de produtividade.

Alguns analistas da sociologia do trabalho, chatos de plantão, argumentam que não há propriamente perda de centralidade do trabalho enquanto categoria ontológica, mesmo que este argumento recenda a um certo arquétipo de ascendência judaico-cristã: a própria forma de organização e a capacidade de criação de postos de trabalho, vale dizer, empregos nas sociedades ditas modernas, é que vêm sendo inapelavelmente batidas pelas inovações tecno-lógicas, pela reordenação espacial e operacional dos mecanismos que geram mais-valia e lucro. Trata-se, enfim, de um processo extensivo e intensivo de reorganização do capital em escala mundial, como o é a própria globalização.

Nem por isso as teses de De Masi devem ser desconsideradas, até porque a teoria nem sempre pode ser culpada por não conduzir à boa prática, e a boa intenção não deixa de ser um indicativo do justo interesse. Vamos às duas que consideramos principais:

1. organizações de todo tipo conseguirão diferenciar-se no mercado altamente competitivo pela capacidade de inovar e antecipar o futuro, seja nos processos de produção de bens ou serviços seja na tipologia de produtos e serviços que oferecem;

2. organizações e pessoas devem se preparar para ocupar criativamente o tempo livre que resultará das inovações tecnológicas aplicadas à produção, o que significa aproveitar o *ócio* para dedicá-lo ao cultivo das artes, do intelecto e do corpo, dos trabalhos domésticos, dos cuidados com os filhos, da educação profissional e civil permanentes.

Ampliando esquemas construídos por outros autores, Domenico chega a uma divisão internacional do trabalho que contempla as seguintes etapas: *Ideação* – pesquisa as inovações e planeja o futuro; *decisão / pesquisa e desenvolvimento* – define os interesses comerciais e as condições necessárias para o desenvolvimento da idéia; *produção* – organiza todo o sistema produtivo do bem ou processo ideado; *consumo* – distribuição e uso dos produtos resultantes. Na visão do autor, o marketing seria a *inteligência* que associa e organiza estas etapas. Esta formulação reproduz, num plano mundial, a clássica divisão do trabalho que vigora nos espaços microeconômicos, prendendo o autor a uma razão tributária do sistema capitalista tal como a conhecemos.

Para dar um pouco de fôlego aos subdesenvolvidos, Domenico avalia que é possível um país chegar ao estágio pós-industrial sem passar, necessariamente,

pelo processo industrial, dependendo de como se articulem as duas características que definem este processo: as possibilidades materiais (econômicas) e imateriais (culturais). Fica claro que este salto dependerá do investimento maciço e planejado em ciência, tecnologia e educação. Como exemplo, o autor cita o *Silicon Valley*, na Califórnia, que

era uma área deprimida economicamente, mas próxima de grandes centros universitários como os de San Diego ou Santa Barbara: seus jovens eram pobres, mas diplomados em Informática ou Biologia. O Silicon Valley passou, em poucos anos, do rural ao pós-industrial, sem jamais ter sido industrial e, portanto, sem ter tido que enfrentar, vencer e superar a cultura industrial e sua resistência às mudanças. (p. 124)

O sociólogo ainda nos lembra da célebre frase cunhada pelo filósofo russo Alexandre Koyré – “Não é do trabalho que nasce a civilização, é do tempo livre e do jogo” – e busca sua validação nos fundamentos de nossa civilização ocidental, a Grécia antiga, quando o trabalho (aquilo que faz suar) e também o comércio eram atividades delegadas aos escravos e aos não cidadãos, reservando-se às classes altas o livre

pensar, o deleite estético e intelectual, o direito ao ócio, além do cultivo do corpo e as tarefas de guerra. O que se privilegiava eram atividades em que despontavam o caráter lúdico e estético, o jogo e o ‘treinamento’ do espírito e do pensamento, sem estritas vinculações com a aplicação imediata, a necessidade funcional ou a sobrevivência direta. Os resultados alcançados por esse tipo de organização social, fundamentada no ócio criativo, podem ser apreciados até hoje pelo desenvolvimento das artes, da filosofia, da astronomia, das ciências, da política... dos valores que erigiram a civilização ocidental, enfim.

Tudo isso é fato e já foi lembrado nos primeiros parágrafos desta resenha, mas não se deve esquecer de que cada uma dessas conquistas só foi possível graças ao trabalho real e concreto de milhões de trabalhadores anônimos que, além de gerar valor econômico não compartilhado, foi o responsável, literalmente, pelo sustento das cabeças pensantes que conferiam prazeres a suas vidas na mesma medida em que comandavam trabalho alheio. Cabe lembrar, ainda, que os mecanismos *tayloristas* de exploração do trabalho vigoram intensamente: o *telemarketing* , que exige um exagerado produtivismo eletrônico, é um exemplo característico; a subordinação proletarizante das funções

educacionais, com a perda da autonomia intelectual e criativa, outro.

O autor tem a sensibilidade de esclarecer sobre o perigo de o tempo livre estar a serviço do velho ditado ‘o ócio é pai de todos os vícios’; para ele, ao contrário, o tempo livre deve servir para promover o que ele chama de ócio criativo, aquele que se dirige a melhorar a qualidade de nossas vidas e do meio ambiente; a produzir criativamente sem delimitações estritas de tempo e espaço, para além de comandos e hierarquias paralisantes; a conectar vida, trabalho e felicidade em um único tempo, exercitado livremente pelo próprio indivíduo, em casa ou no escritório, principalmente por meio da modalidade do *teletrabalho*, que se associa ao uso das tecnologias de comunicação e informação. Não haverá lugar exclusivo para criar e produzir, trabalhar e ganhar o pão. Assim, exercitar o ócio criativo implicará descansar o corpo e manter em atividade frenética o cérebro.

A sociedade pós-industrial, para De Masi, pode superar estas dicotomias entre trabalho como sacrifício e expiação e tempo livre como vício e lassidão, conjugando, no ócio criativo, prazer, trabalho e lazer. E pode fazê-lo, agora, em bases mais igualitárias, por meio da difusão e uso dos extraordinários recursos propiciados pelas novas tecnologias, que liberarão o homem

das tarefas monótonas, extenuantes e pouco criativas. Nesse sentido, a reflexão do autor nos dá uma contribuição extremamente importante, pelo reconhecimento da energia revolucionária, transformadora e criativa que o tempo livre poderá gerar, com impactos significativos na mentalidade individual e coletiva e, quem sabe, no relacionamento entre pessoas e povos.

Para tanto, Domenico enfatiza a necessidade de capacitar as pessoas para o exercício criativo de seu tempo livre. Uma vez liberadas dos condicionamentos que sustentavam a sociedade industrial, deverão aprender a usar esse tempo criativamente. Uma nova mentalidade acerca da organização do trabalho e da mensuração de seus resultados invadirá empresas e organizações de todo tipo. Isso significa que a medida do bom trabalho não será mais dada exclusivamente pelo resultado material da produtividade; que o trabalho não será mais organizado no interior de escritórios desprovidos

de motivação e beleza e não estará mais restrito à idéia de um *horário de trabalho* (sacrifício) e outro *de lazer* (prazer). Em suma, o resultado do trabalho não dependerá de sistemas de controle burocraticamente organizados e intensamente vigiados, mas da criatividade que só se explicita à medida que o sujeito produz em liberdade, flui intensa e prazerosamente a vida junto à família e aos amigos, viaja e conhece outras culturas e diferentes formas de fazer e pensar.

A leitura de *O Ócio Criativo* é importante para quem procura indícios de novas possibilidades para a felicidade no âmbito de uma globalização desenfreada. Quiçá as antevistas do autor resultem numa aproximação efetiva entre trabalho e prazer, reconciliando uma ontologia constitutiva que o capital vem insistindo em contrariar.